



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124049 - MG (2020/0036640-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MATHEUS VINICIUS DE PAULA ALVES COSTA (PRESO)
ADVOGADO : CAMILLA MARIANA SOARES BATISTA - MG199045
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. MEDIDA EXCEPCIONAL. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. *PERICULUM LIBERTATIS* NÃO DEMONSTRADO. RECURSO PROVIDO. CONFIRMADA A LIMINAR.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MATHEUS VINICIUS DE PAULA ALVES COSTA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.165978-8/000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, em 14/11/2019 (convertido o flagrante em prisão preventiva em 19/11/2019) pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, pois surpreendido, juntamente com outro Investigado e um Infante, na posse de "*31 (trinta e um) papелotes de cocaína, pesando 9,36g (nove gramas e trinta e seis centigramas), 55 (cinquenta e cinco) pinos da mesma substância, pesando um total de 77,29g (setenta e sete gramas e vinte e nove centigramas), 20 (vinte) pedras de crack, pesando 3,36g (três gramas e trinta e seis centigramas), além de 01 (uma) bucha de maconha, que pesava um total de 3,71g (três gramas e setenta e um centigramas)*" (fls. 163/164; grifos diversos do original).

O Tribunal *a quo* denegou a ordem originária nos termos do acórdão de fls. 157-168.

No presente recurso, a Defesa sustenta que não estão presentes os requisitos necessários à decretação da prisão preventiva e alega falta de fundamentação do decreto prisional, que seria "*uma cópia do decreto cautelar de outro acusado, qual seja Eduardo, e que em nada fundamenta a necessidade do decreto cautelar do recorrente*" (fl. 176).

Argumenta que o Juízo singular não "*analisou as condições subjetivas do paciente, qual seja a primariedade, bons antecedentes e endereço fixo*" (fl. 178).

Ressalta que a "*possibilidade de fixação de regime diverso e de substituição da pena por medidas restritivas de direitos é notória e reforça a desproporcionalidade em se*

manter presa, uma pessoa que, provavelmente, ao final da instrução processual será mantida em regime menos gravoso" (fls. 177/178).

Requer, inclusive liminarmente, a imediata soltura do Recorrente.

O pedido liminar foi deferido às fls. 193-195.

As informações foram prestadas às fls. 201-203 e 206-208.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (fls. 210-213).

É o relatório.

Decido.

O decreto prisional está assim fundamentado (fl. 103; sem grifos no original):

*"Pelo MM. Juiz, foi proferido o seguinte DESPACHO/DECISAO: 'Ao analisar o APFD, verifico que foram atendidos os requisitos intrínsecos e extrínsecos, razão pela qual o HOMOLOGO. No que se refere à manutenção da prisão dos autuados, vejo que, de fato, **deverá haver a conversão em prisão preventiva**, com o fim de preservar a **ordem pública**, visto que **o delito de tráfico de drogas é daqueles que contaminam a sociedade e dá ensejo à prática de diversos outros delitos para o seu intento**. Há de se destacar ainda que, em relação ao autuado **Eduardo**, o registro de uma condenação pelo crime de roubo , o que vem a corroborar à necessidade de conversão do flagrante em preventiva para assegurar a ordem pública. Nesse caso, **restaria fragilizada a ordem pública se os investigados fossem colocados, nesse momento, em liberdade. Estão presentes no caso os requisitos que ensejam a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva**, nos termos do artigo 312, do CPP, o que faço nesta oportunidade. Expeçam-se mandados de prisão com prazo de validade de 20 (vinte) anos, em conformidade com o artigo 109, inciso I, do CPB. Encaminhar cópia do APFD para a juntada nos autos da execução do investigado Eduardo em Belo Horizonte sobre a nova prisão nesta Comarca. Tendo em vista o relato de maus tratos pelo flagranteado, encaminhar cópia do APFD ao Ministério Público. Fica nomeada desde já para defesa dos acusados a Dra. Camila Aparecida Silva Freitas Ramos."*

O Tribunal de origem, por sua vez, ressaltou o seguinte (fls. 163/164; grifos diversos do original):

*"Assim, da detida análise dos autos, observo que a ação delitiva foi grave, posto que, em tese, após o recebimento de denúncias anônimas, policiais militares realizaram a abordagem do paciente e **apreenderam grande quantidade e variedade de entorpecentes em sua posse**, a saber: 31 (trinta e um) papérolas de cocaína, pesando 9,36g (nove gramas e trinta e seis centigramas), 55 (cinquenta e cinco) pinos da mesma substância, pesando um total de 77,29g (setenta e sete gramas e vinte e nove centigramas), 20 (vinte) pedras de crack, pesando 3,36g (três gramas e trinta e seis centigramas), além de 01 (uma) bucha de maconha, que pesava um total de 3,71g (três gramas e setenta e um centigramas), tudo conforme o laudo toxicológico preliminar (documento de ordem n. 05, fls. 15/16 e n. 06, fls. 01/03).*

Ora, não podemos fechar os olhos para uma situação tão grave como a que trazida no caso em apreço. Fato é que a soltura do paciente poderá ser extremamente prejudicial para toda sociedade, pois o crime de tráfico realiza a difusão da droga no meio social, o que agride fortemente a saúde pública."

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do HC n.º

84.078/MG, Rel. Ministro EROS GRAU, decidiu que a custódia cautelar **só pode ser implementada se devidamente fundamentada**, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. A referida orientação deve ser adotada por todos os Tribunais Pátrios, como forma de se tornar mais substancial o princípio constitucional da presunção de inocência.

No que diz respeito especificamente ao tráfico de drogas, não obstante seja legítima, em termos de política criminal, a preocupação com o seu alastramento na sociedade, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que **fundamentos vagos**, aproveitáveis em qualquer outro processo, como o de que se trata de delito ligado à desestabilização de relações familiares ou o de que se trata de crime que causa temor, insegurança e repúdio social, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque **nada dizem acerca da real periculosidade do agente**, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

No caso, constata-se que o decreto construtivo não apontou elementos concretos extraídos dos autos que justificassem a necessidade da custódia do **Recorrente**, que está amparada, tão somente, na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas.

Deve-se atentar que, na espécie, o Juízo singular mencionou apenas o registro de uma condenação pela prática do crime de roubo, mas que teria sido cometido pelo **corrêu Eduardo**. Em relação ao Recorrente, a folha de antecedentes criminais juntada às fls. 89/90 não indica a existência de registros criminais anteriores, razão pela qual não ficou demonstrado o *periculum libertatis* e, conseqüentemente, a necessidade de sua prisão preventiva.

Por fim, não obstante a Corte local tenha mencionado a gravidade concreta da conduta, não é dado ao Tribunal, em *habeas corpus*, agregar fundamentos não presentes na decisão do Juízo singular, por ser indevida inovação, em instrumento exclusivo da Defesa.

Ilustrativamente, cito o seguinte julgado:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PORTE DE ARMA DE FOGO. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. ÓBICE DA SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ANTERIOR WRIT JULGADO PELO TRIBUNAL ESTADUAL. PATENTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA. INSERÇÃO PELO TRIBUNAL DE FUNDAMENTOS NÃO PRESENTES NO DECISUM. IMPOSSIBILIDADE. FLAGRANTE ILEGALIDADE. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

4. Não é dado ao Tribunal estadual agregar fundamentos não presentes na decisão do Juízo singular, sob pena de incidir em indevida inovação.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, ratificando a liminar outrora deferida, para que o paciente possa aguardar em liberdade seu julgamento, se por outro motivo não estiver preso, ressalvada a possibilidade de decretação de nova prisão, caso demonstrada sua necessidade, e mantidas as medidas cautelares alternativas já impostas em primeiro grau." (HC 424.308/AM, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 27/06/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso ordinário em *habeas corpus*

para, ratificando a liminar, determinar a soltura do Recorrente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória por fato superveniente, a demonstrar a necessidade da medida, ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora